

A RELAÇÃO COLONIZADOR X COLONIZADO EM AS AVENTURAS DE NGUNGA

*The relationship between colonizer and colonized in The Adventures of
Ngunga*

Georgea Vale de Queiroz Siqueiraⁱ

Universidade Federal do Piauí

Resumo: Este artigo objetiva analisar a relação colonizador x colonizado na obra *As aventuras de Ngunga*, de Pepetela, observando-se ainda a relação negro x branco e a questão da identidade nacional. Para tal, entende-se o romance como uma representação da sociedade angolana da época, abordando a situação política do país. Serão utilizadas as teorias de Frantz Fanon, Kabengele Munanga e Tutikian acerca da literatura pós-colonial, e de Carlos Reis e suas concepções sobre as relações entre Literatura e sociedade e história.

Palavras-chave: Colonizador. Colonizado. Identidade.

Abstract: This is an analysis of *The Adventures of Ngunga* by Pepetela, about a 13 year-old black orphan during the guerrillas for freedom in Angola, focusing on colonized x colonizer and black x white relationships and the issue of national identity, understanding the novel as a representation of society at the time, addressing the political situation in Angola at the time, relying on theories of Frantz Fanon, Kabengele Munanga and Tutikian about postcolonial literature, and Carlos Reis and his conceptions about literature and society and history.

Keywords: Colonizer. Colonized. Identity.

A Literatura mantém relação com a história, a cultura e a sociedade de determinado tempo histórico; assim, faz-se uma análise de *As aventuras de Ngunga*, do africano Pepetela, entendida como uma representação da Angola da época em que foi escrita, vez que a Literatura é uma “resposta esteticamente elaborada a estímulos e solicitações ético-artísticas formuladas pela sociedade, pela História e pela cultura contemporânea e anterior ao escritor” (REIS, 2001, p. 83). O autor vive em um espaço e tempo histórico, está em contato com a cultura e a História, que integrarão a obra literária através de “modos de representação sinuosos” (REIS, 2001,

p. 82), traduzindo esses aspectos em sua visão, embora de modo difuso, pois a obra é autônoma, existindo por si só. Desta forma, não estão em julgamento a veracidade ou falsidade do narrado no romance, a sua correspondência com a História ou não, pois se trata de um texto ficcional e tudo o que o compõe – personagens, temática, espaço, tempo e elementos ideológicos – faz parte do universo ficcional.

A partir de 1484, iniciou-se a colonização portuguesa em solo africano e, em 1559, surgiu o Reino de Angola. Os portugueses exploravam não apenas os recursos naturais do território, mas também exploravam a população local, usando-os como escravos, coisificavam os angolanos, assim como os demais africanos, vendendo-os como mercadorias, ignorando seus sentimentos, crenças, sua condição de seres humanos, enfim, sua identidade. Muitos foram levados para outros países, aqui para o Brasil, inclusive, a fim de servirem de mão-de-obra junto às plantações de cana-de-açúcar.

Enquanto muitas das colônias portuguesas conquistavam sua independência de Portugal, dentre elas o próprio Brasil, Angola e outros países africanos tiveram uma luta de independência tardia, continuando sob domínio português até 1974, quando finalmente foi derrubada a ditadura no país. Entre 1950 e 1960, “na clandestinidade, são formadas, nas colônias africanas de língua portuguesa, as primeiras organizações políticas” (TUTIKIAN, 2006, p. 38): UPA/FNLA (União das Populações de Angola/ Frente Nacional de Libertação de Angola), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola); todos almejavam o mesmo resultado, a libertação de Angola, onde, em 1975, foi implantado o regime democrático. É nesse contexto que se passa a história de *Ngunga*, um menino de 13 anos, órfão, que passeia e luta pelo país, junto a membros do Movimento.

A África era tida como um continente desprotegido, principalmente sob o ponto de vista bélico, dada a escassez de armamentos que não fossem manufaturados, “sem defesa (frisamos que sua tecnologia e indústria de guerra eram relativamente inferiores às europeias) pareceu então como um reservatório humano apropriado, com um mínimo de gastos e de riscos” (Munanga, 1988, p. 08). O negro passou a ser visto como inferior pelos brancos, sendo tratados como seres desprovidos de inteligência. A dominação foi feita por uma minoria, os colonizadores, que, usando como argumento a sua suposta superioridade para legitimar seus atos, se sobrepuseram aos colonizados. Nessa relação antagônica, aqueles primeiros fizeram uso da força bruta para fazerem valer suas vontades e obter vantagens econômicas às custas dos últimos. Através dos relatos literários, vê-se que o branco se colocava como na posição de herói, como se estivesse salvando aquele povo da própria ignorância, dividindo com ele (pequena) parte da sua sabedoria. Aponta-se aqui para o processo de alienação pelo qual os africanos passaram, através do qual os brancos difundiam uma ideologia que os colocava em patamar superior ao negro, baseado na ausência de domínio de conhecimento tecnológico.

Para que o país saísse da condição de colônia e viesse a ser livre, sucederam-se anos de guerrilhas travadas entre colonizadores e colonizados. O autor Pepetela, pseudônimo de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, é angolano, branco, de ascendência portuguesa, que lutou junto ao MPLA em prol da libertação de sua nação, sendo *As aventuras de Ngunga* seu primeiro romance, publicado em 1972. De acordo com Tutikian (2006, p. 28), “Pepetela situa-se entre os autores angolanos marcados pela busca da identidade, notadamente a partir de *As aventuras de Ngunga*”.

Com *As aventuras de Ngunga*, faz-se o registro das andanças de um pioneiro no interior da guerrilha. Novela ou pequeno romance de aprendizagem envolvido pela atmosfera poética, enquanto no seu interior se desenvolve a formação da consciência revolucionária. (FERREIRA, 1987, p. 159).

Neste romance, Pepetela narra a vida de *Ngunga*, que desde novo sofreu com a violência das guerrilhas, perdeu os pais e seu lar:

Ngunga é órfão de treze anos. Os pais foram surpreendidos pelo inimigo, um dia, nas lavras. Os colonialistas abriram fogo. O pai, que já era velho, foi morto imediatamente. A mãe tentou fugir, mas uma bala atravessou-lhe o peito. Só ficou Mussango, que foi apanhada e levada para o Posto. Passaram quatro anos, depois desse triste dia. Mas Ngunga ainda se lembra dos pais e da pequena Mussango, sua irmã, com quem brincava todo o tempo.

Quando o Sol começava a desaparecer, Ngunga partiu para a aldeia do socorrista. Conhecia bem o caminho, não poderia perder-se. Mas a noite ia cair e teria de dormir antes de lá chegar. Ngunga, porém, estava habituado. A bem dizer, não tinha casa. Vivia com Nossa Luta, por vezes; outras vezes, se lhe apetecia, ia viajar pelos kimbos, visitando amigos e conhecidos. (PEPETELA, 1983, p. 5-6).

Sozinho, via-se forçado a agir como adulto, já que estava por conta própria:

- Um homem não se queixa, Ngunga.
- Mas eu sou pequeno – respondeu ele.
- Vives como um livre e já tens idade de ir para a escola. Bem, vamos tratar esse pé?
- Que remédio vai por? Arde muito?
- Não. Não tenhas medo, um homem nunca tem medo. Como é? Vieste sozinho à noite da tua aldeia. Agora vais ter medo do tratamento? (PEPETELA, 1983, p. 07).

Ngunga vivia vagueando pelo kimbo, porém não completamente sozinho, já que contava com o apoio e os cuidados de *Nossa Luta*, até que este entrou para a guerrilha. A partir de então *Ngunga* precisou ser mais autossuficiente, o que despertou no menino sentimento de abandono: “Quem se importa com Ngunga?” (PEPETELA, 1983, p. 10). Cabe aqui um questionamento: o autor falava apenas de um *Ngunga* desamparado, com sua família destruída pela guerra, ou de toda uma nação assolada por ela? Quantos outros *Ngungas* espalhados por Angola e outros países em guerra existiram?

Ngunga representa não uma simples criança órfã, que vaga sem ter ninguém por ela, mas representa toda uma nação em busca de sua identidade e de liberdade. O romance versa sobre a conscientização de um povo – enfatizando a relação entre Literatura e o contexto histórico-social –, uma conscientização revolucionária sobre os caminhos percorridos durante as lutas pró-libertação, tendo como pano de fundo as relações entre o colonizado e o colonizador, com destaque para as ações dos movimentos libertários, a partir do olhar de uma criança, de Angola. Trata de um processo de reflexão e de conscientização que os angolanos da época enfrentaram, representados através das decisões que *Ngunga* teve que tomar e da convivência com opiniões contraditórias expressadas pelas pessoas que ele encontrou ao longo da narrativa a respeito da situação do país.

Foram, enfim, esses agrupamentos que construíram o grande movimento de conscientização nacional e que empreenderam a luta pela libertação, na maioria das vezes com fortes conflitos e com características peculiares a seu povo e seu território. (TUTIKIAN, 2006, p. 38).

Para Tutikian (2006, p. 39), “[...] o nacionalismo está presente nas literaturas emergentes [...], voltadas para a desalienação e a conscientização da necessidade de resistência de certos valores nacionais”. De acordo com Carlos Reis (2001), a literatura de determinado país contém a consciência nacional do mesmo, a qual é expressa, dentre outros aspectos, através da temática abordada na obra literária; assim, esse romance de Pepetela reflete o sentimento nacionalista em crescimento na Angola durante as guerrilhas em prol da libertação, demonstrando a política de dominação do português sobre o africano, pautada em ideologias racistas e desumanas e garantida através da violência do homem sobre o homem. N’*As aventuras de Ngunga* está evidenciado o processo de conscientização da sociedade angolana, onde *Nugunga* sumariza a população que não mais aceita ser escravizada.

A dinâmica entre colonizado e colonizador era a seguinte: os colonizadores incutiam nos povos dominados um sentimento de inferioridade a fim de facilitar sua exploração e justificar por que ele poderia e deveria dominá-los. O cerne do discurso daquele primeiro era que “[...] o homem branco é eleito como o grande sacrificado” (FERREIRA, 1987, p. 11); assim, os africanos deveriam ser gratos pelo fato de os colonizadores se colocarem nessa condição, assumirem o fardo de afastar o negro de sua bestialidade. Ao português caberia o papel de desbravar e civilizar determinados territórios africanos, ao mesmo passo que poderiam dispor de uma mão-de-obra abundante, sem ter que pagar por nada, e com a “[...] oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retorcer a formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados” (BOSI, 1992, p. 21). Vale ressaltar que a noção de civilização empregada pelos colonizadores era a vigente na Europa da época, que consistia numa visão inferiorizada dos africanos.

Sabe-se que nem só entre colonizado e colonizador havia diferenças, mas entre os próprios povos africanos eram verificadas rivalidades, o que veio a facilitar o trabalho dos portugueses, situação retratada dentro do próprio romance. *Ngunga*, até mesmo entre seus iguais, sofria sendo tratado de forma diferente, demonstrando que basta haver poder em um dos polos da relação para que exista disparidade de tratamentos, o que ocorreu quando foi explorado pelo *Presidente Kafuxi*, o chefe do kimbo onde morava.

Acordava com o Sol e ia ao rio buscar água. Trazia dois baldes, um em cada mão, e mais uma bacia cheia na cabeça. Depois acompanhava as três mulheres do Presidente à lavra, de onde saíam quando o Sol deixava de ser forte. As mulheres comiam mandioca ou maçã-rocas, mas não permitiam que ele arrancasse comida. À noite, todos comiam. O que sobrava era para ele. Ainda tinha que ajudar as mulheres a lavar as panelas, antes de dormir.

(...)

O presidente vinha ralhar com ele:

- Não tens juízo. Trato-te como um filho e só me envergonhas. Não sabes que o nosso país está em guerra? Para nos

libertarmos, temos que trabalhar muito. É preciso produzir muito para os guerrilheiros. Não me ouves quando falo ao povo? É o povo que deve dar comida aos guerrilheiros. E que é o povo? És tu, sou eu, a Imba, as mulheres, os guerrilheiros defendem-nos e nós alimentamo-los. Os meus filhos são combatentes, estão longe. Mas, para mim, todos os guerrilheiros são meus filhos.

Ngunga aceitou. Ele trabalhava muito, mas talvez não fosse o suficiente. Prometeu trabalhar mais. Não falou nos ralhos injustos, na falta de comida. Pensou só em Nossa Luta, também guerrilheiro. E na lavra a sua enxada não parava. (PEPETELA, 1983, p. 12).

Nesse relato sobre a vida de *Ngunga*/Angola, percebe-se o quanto a vida dos angolanos foi alterada pela vinda e permanência dos portugueses, chamados de colonialistas, que destruíam as lavras e famílias inteiras e oprimiam o povo. Como dito anteriormente, Pepetela usa fatos do cotidiano dos africanos em sua obra, “[...] envereda pela sua pela história com o intuito de refletir sobre um estado actual da nação angolana” (LEITE, 2003, p. 107). A leitura da obra permite o conhecimento um pouco maior sobre as tradições angolanas, os costumes e cultura, aspectos da identidade de Angola antes da invasão portuguesa que haviam sido preservados, como a festa pelo nascimento de uma criança ou o pagamento de alambamento, uma espécie de dote, para que o casamento fosse realizado. *Ngunga* presenciava e participava destas festas, sentava ao redor da fogueira para ouvir causos e para tomar conhecimento sobre as novidades das guerrilhas, toda a Angola resistia e tentava manter e restabelecer aquilo que foi um dia perdido por meio da força dos colonialistas.

Percebe-se o grau de envolvimento da população com a luta pela liberdade, ao fornecerem combatentes e manterem os movimentos providos de comida e esconderijo, quando necessário. Porém, como a mesquinhez não faz distinção de cor, ela estava presente em alguns personagens, como o *Presidente Kafuxi*, que escondia a maior parte de seus mantimentos a fim de contribuir pouco com o *Esquadrão*. Sabendo da

condição de *Kafuxi*, *Ngunga* fortaleceu dentro de si a ideia de que todos os adultos eram egoístas.

Quando Chivuala se foi embora, União perguntou-lhe o que pensava. Ngunga respondeu:

- O Chivuala já é quase um homem. É por isso que começa a ficar mau e invejoso.

- Para ti todos os homens são maus? Só as crianças são boas?

- Sim. (PEPETELA, 1983, p. 29-30).

Ngunga era um menino que, apesar de sua família ter sido destruída de maneira traumática, apesar da fome, tinha senso de justiça, era bom, trabalhador, tinha caráter e era obediente, fazia o que podia para ajudar, mesmo quando o tratamento dirigido a ele não era dos mais amáveis. Angola, assim como o menino, não desistiu, continuou a lutar, mesmo com seu povo sangrando nas guerrilhas.

Após passar por humilhações na casa do Presidente, *Ngunga* fez uma descoberta a respeito dos homens, tomando uma atitude que foi um marco em sua vida, passando a viajar junto ao *Comandante Mavinga*:

Ngunga não falou. Começava a perceber que as palavras nada valiam. Foi ao celeiro, encheu uma quinda grande de fubá, mais um cesto. Trouxe tudo para o sítio onde estavam as visitas e o Presidente Kafuxi. Sem uma palavra, poisou a comida no chão. Depois foi à cubata arrumar suas coisas.

Partiu sem se despedir de ninguém. O velho Kafuxi, furioso, envergonhado, só o mirava com os olhos maus. (PEPETELA, 1983, p. 16)

Encontrava-se no limbo entre ser criança e agir como adulto, era pequeno, mas sonhava em ser guerrilheiro, em mudar a situação. Ele queria ser parte das mudanças. Angola também tinha um dilema: continuar a submeter-se ou lutar, tornar-se independente, buscar sua identidade nacional.

O conceito de nação se fixa nos fundamentos de identidade, donde se reforça a ideia de que nação não é uma entidade plenamente formada, mas sujeita a mecanismos de inclusão e exclusão, à presença da alteridade.

[...] a busca da identidade, agora, passa, necessariamente, pela recuperação de certos valores autóctones de raízes específicas para o estabelecimento de novas negociações: seja para tentar resgatar a tradição, seja para tentar construir uma nova tradição, buscando, através da derrubada ou do resgate de

mitos, uma ideia mais próxima daquilo que é, contemporaneamente, o homem e a nação. (TUTIKIAN, 2006, p.37)

Em razão das lutas, levou um tempo até *Ngunga* perceber que não só a luta armada é necessária e suficiente para fazer e manter a revolução, é preciso estudar também. Há relatos históricos, segundo os quais as escolas multiplicaram-se em Angola durante a revolução, como se, assim como *Ngunga*, o país percebesse o valor do estudo. O conhecimento é uma arma forte, razão pela qual os colonizadores preocupam-se apenas em ensinar sua língua, e apenas o suficiente para manter uma comunicação; instruir o colonizado, jamais.

[...] No tempo do colonialismo, ali nunca havia escola, raros eram os homens que sabia escrever. Mas agora o povo começava a ser livre. O Movimento, que era de todos, criava a liberdade com as armas. A escola era uma grande vitória sobre o colonialismo. O povo devia ajudar o MPLA e o professor em tudo. Assim, seu trabalho seria útil. As crianças deveriam aprender a ler e a escrever e, acima de tudo, a defender a revolução. Para bem defender a Revolução, que era para o bem de todos, tinham de estudar e ser disciplinados. (PEPETELA, 1983, p. 24)

O colonizador, com seu discurso paternalista, ludibriava parte da população, que cria que sua presença entre os angolanos era sinônimo de desenvolvimento, “o branco é elevado à categoria de herói mítico, de desbravador das terras inóspitas, o portador de uma cultura superior” (FERREIRA, 1987, p. 11). Assim pensava o *cozinheiro* que trabalhava na *PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado)*:

- Vocês julgam que vão ser independentes - dizia ele. - Estúpidos! Se não fossem os brancos, nos nem conhecíamos a luz elétrica. Já tinha visto luz elétrica e os carros, seu burro? E queres ser livre. Livre de quê? Para andares nu a subir nas árvores? (PEPETELA, 1983, p. 36)

Percebe-se que escravidão e subjugação são confundidas com progresso; é um processo de alienação do colonizado, que passa a compartilhar das ideias dos colonizadores, reproduzindo as mesmas justificativas que eles dão para os povos dominados. “Nas sociedades pós-

coloniais, [...] o sujeito e o objeto pertencem inexoravelmente a uma hierarquia em que o oprimido é fixado pela superioridade do opressor” (BONNICI, 1997, p. 14). Bhabha (*apud* Tutikian, 2006, p. 13) diz que os colonizadores encaram sua invasão nas terras dos colonizados como uma “nobre função de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos”.

A opressão, o silêncio e a repressão das sociedades pós-coloniais decorrem de uma ideologia de sujeito mantida pelos colonizadores. Nas sociedades pós-coloniais, o sujeito e o objeto pertencem a uma *hierarquia* em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do dominador. O colonizador, seja espanhol, português, inglês, se impõe como poderoso, civilizado, culto, forte, versado na ciência e na literatura. Por outro lado, o colonizado é descrito constantemente como sem roupa, sem religião, sem lar, sem tecnologia, ou seja, em nível bestial. É a dialética do sujeito (agente) e do objeto (*o outro*, subalterno). (BONNICI; ZOLIN, 2005, p. 230).

Fanon (2008, p. 27), em sua obra *Pele Negra Máscaras Brancas*, trata da relação entre o homem branco e o homem negro, e sua preocupação é pôr fim a esse círculo vicioso, a real libertação do negro. Segundo ele, pretende-se “[...] nada mais nada menos, libertar o homem de cor de si próprio” (FANON, 2008, p. 26). Isto é, libertá-lo não apenas do preconceito do homem branco para com ele, mas do preconceito que o próprio homem negro passou a ter consigo mesmo e com seus semelhantes. É como se o negro tivesse dois pesos e duas medidas, “uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro, [...] consequência direta da aventura colonial” (FANON, 2008, p. 33).

Fanon, ao analisar a relação do negro com a linguagem do colonizador, afirma que:

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.

Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. (FANON, 2008, p. 34).

Segundo, Tutikian (2006, p. 41), “o que aqui ocorre é a assimilação total da cultura branca de que os negros são os próprios agentes em terra africana, reforçando as lições aprendidas no imperialismo cultural”. Para Munanga:

No cotidiano, o negro vai enfrentar o seu inverso, forjado e imposto. Ele não permanecerá indiferente. Por pressão psicológica, acaba reconhecendo-se num arremedo detestado, porém convertido em sinal familiar. [...] Perguntar-se-á afinal se o colonizador não tem um pouco de razão. [...] Bem divulgado, o retrato degradante acaba por ser aceito pelo negro, e contribuirá para torná-lo realidade e, portanto, uma mistificação. [...] Em pouco tempo, a situação colonial perpetua-se, fabricando uns e outros. (MUNANGA, 1988, p. 26).

A violência do discurso do colonizador é extrema. Infiltrou-se de tal forma na consciência do negro, que o impede de agir com naturalidade, gerando, via de regra, dois comportamentos: a aceitação de que, de fato, é inferior ao branco e, para que essa diferença seja diminuída, ele deveria assumir a língua, os costumes e a cultura colonizadora; ou, provocar uma reação oposta, com o negro repudiando o branco, criando um ódio entre eles. É como escreve Fanon (2008, p. 49), ainda usando os antilhanos como exemplo: “em uma situação específica, quando os antilhanos se encontram em Paris, duas possibilidades se apresentam: ou sustentar o mundo branco, isto é, o mundo verdadeiro [...]; ou rejeitar a Europa [...]”.

Observa-se a crise da identidade dos colonizados, pois, antes da colonização, seguiam suas tradições e cultura, eles tinham seus costumes que regiam a vida individual e coletiva; após a chegada do homem branco, lhe foi dito e imposto que tudo o que fizeram por toda a sua existência estava errado, que deveriam mudar completamente seu modo de vida. Em razão disso, há a situação de fabricação, como dito anteriormente por Munanga (2008). Desse modo, o dominado vê-se numa situação bastante delicada: se quem eu era antes estava errado, e eu não consigo ser como dizem que eu devo ser, então quem sou eu? Fanon (2008, p. 39) questiona:

“de onde provém essa alteração da personalidade? De onde provém este novo modo de ser?”.

Infelizmente, o esforço do negro para tornar-se branco não obteve o sucesso que ele esperava. Vestidos à europeia, de terno, óculos, relógio e caneta no bolso do paletó, fazendo um esforço enorme para pronunciar adequadamente as línguas metropolitanas, os negros não deixavam de ser macaquinhos imitando homens. (Munanga, 1988, p. 30)

Fanon, ao falar da situação do antilhano, em *Pele Negra Máscaras Brancas*, nos permite perceber uma semelhança com o negro africano: “[...] o antilhano não sabe ao certo se é *toubab* ou indígena [...]” (FANON, 2008, p. 40). Ou seja, “[...] nós queremos é ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial” (FANON, p. 2008, p. 44). Porém, não se pode negar que a condição do negro é diferenciada dos demais, pois, embora todos os preconceitos sejam iguais, o negro é tratado como alguém sem cultura, sem civilização, sem um passado. Imagine a violência, a brutalidade que é considerar a ideia de pegar um ser humano, chamar de seu, torná-lo um objeto, poder castigá-lo da maneira que quiser e colocá-lo para trabalhar a troco de nada. É a animalização do negro.

No tocante a essa inferiorização do negro perante o branco, Fanon (2008, p. 38) a chama de “[...] plano de existência dos ‘derrotados’”, que combina com Bourdieu (2001, p. 11) quando fala em “domesticação dos dominados”. Essas expressões refletem a posição do colonizado perante o colonizador: falam da domesticação literal, do condicionamento de um povo a aceitar o que o colonizador, detentor do poder, impuser. Ou seja, a dominação implica, necessariamente, que sejam adotados os preceitos do dominador. Seguindo esse raciocínio:

[...] Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasitado mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco ‘que eu sou uma besta fera, que meu povo e eu

somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso [...]. (FANON, 2008, p. 90)

Segue um trecho ilustrativo do romance, que reforça essa ideia de domesticação e dominação:

As pessoas de quem gostara e de quem não gostara vinham-lhe à lembrança: os pais, Mussango, Kafuxi, Imba, Nossa Luta, Mavinga, Chivuala, União. Bons e maus, todos tinham uma coisa boa: recusavam ser escravos, não como aceitavam o patrão colonialista. Não eram como os G.E. ou o cozinheiro da PIDE. Eram pessoas; os outros eram animais domésticos. (PEPETELA, 1983, p. 41)

No tempo em que o romance foi escrito, Angola passava por um período de descolonização, o povo buscava sua voz, sair da posição de controlados e tomar as rédeas de seu presente e futuro, “embora esse tipo de descolonização sempre seja um fenômeno violento. O colonizado fala quando se transforma num ser politicamente consciente que enfrenta opressor” (BONNICI; ZOLIN, 2005, p. 231). Em um dado momento, *Ngunga* encontra-se de novo com os *colonialistas*, quando a escola em que estudava é encontrada. Há troca de tiros entre *União* e os inimigos, nessa ocasião, *Ngunga* arma-se e mata dois. O socorro não chega e eles são capturados e levados à *PIDE*. *Ngunga* tem seu primeiro contato direto com um homem branco e tem a reação que todos deveriam ter, mas não tinham:

Levaram-no à presença do agente da PIDE. Este era um branco magro e baixo. *Ngunga* nunca tinha visto um branco. Só vira um mestiço num grupo de camaradas que passaram no seu kimbo, a caminho do Bié. “Afinal não metia medo nenhum”, pensou ele, “só que é branco”. (PEPETELA, 1983, p. 36)

Ainda a respeito da inferiorização, não se pode ignorar a ironia que é um branco ser minoria entre os negros e ainda assim sentir-se superior. Citando Fanon (2008, p. 90): “o colonizador, se bem que ‘em minoria’, não se sente inferiorizado”. Assim como objetiva *Ngunga*, Fanon clama pela desalienação do negro: “[...] o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência

de que uma nova possibilidade de existir [...]” (2008, p. 95). O colonizado deve ser capaz de escolher entre a passividade e a não aceitação, deve ser capaz de decidir por si mesmo se deseja lutar ou se deseja continuar a ser diminuído pelo colonizador. *Ngunga* escolheu a mudança, a luta e o estudo, “pela primeira vez, *Ngunga* deu razão ao professor, que lhe dizia que um homem só pode ser livre se deixar de ser ignorante” (PEPETELA, 1983, p. 37).

O colonizador influenciou negativamente o colonizado, causando uma séria distorção na identidade dos colonizados. “A identidade de uma nação passa a relacionar-se a uma série de elementos que vão da língua à tradição, passando pelos mitos, folclore [...]. É a crise de identidade que termina colocando em risco as estruturas e os processos centrais das sociedades” (TUTIKIAN, 2006, p. 11-12). Assim, desde o começo, segundo Munanga (1988), o negro sofreu alienação, foi reduzido e humilhado numa relação de forças colonizado x colonizador a fim de facilitar sua submissão, para explorá-lo e dominá-lo com mais eficácia.

Porém, esse processo de desalienação e conscientização não é simples e, muito menos, é rápido:

[...] o esforço cultural pela descolonização continua, por muito tempo, após o estabelecimento do Estado independente. E, aqui, quando se fala em projeto voltado para o nacionalismo, fala-se em restauração da comunidade, em afirmação da identidade, em resgate de práticas autênticas e surgimento de novas práticas culturais. (TUTIKIAN, 2006, p. 43)

As consequências do modo como os negros foram tratados permanecem até hoje, são vistas em como os homens em geral os veem e em como os negros percebem a si mesmos. A crença na superioridade ou inferioridade de certa raça foi e continua a ser utilizada como justificativa para a guerra, para o tratamento diferenciado entre pessoas que são, antes de tudo, seres humanos. Era a essa dominação a qual *Ngunga* não queria se submeter, assim, resolveu “fazer esse sacrifício e estudar” (PEPETELA, 1983, p. 47).

Referências

- BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. *Mimesis*. Bauru, v. 19, n.1, 1998. Disponível em: <http://www.usc.br/biblioteca/mimesis/mimesis_v19_n1_1998_art_01.pdf>. Acesso em 25 fevereiro de 2011.
- BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. *Teoria Literária: abordagens teóricas e tendências contemporâneas*. 2 ed. Maringá: UEM, 2005.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.
- FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.
- LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas Africanas e Formulações Pós-coloniais*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.
- PEPETELA. *As aventuras de Ngunga*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1983.
- REIS, Carlos. *O conhecimento da Literatura*. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2001.
- TUTIKIAN, Jane. *Velhas identidades novas: o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa*. 1 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2006.
- TUTIKIAN, Jane. Questões de identidade: a África de língua portuguesa. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, p.37-46, set. 2006.

¹E-mail da autora: queirozgeorga@gmail.com